



000024

**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Propriá**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos**

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA**

RATIFICO os termos da presente justificativa por estar em conformidade com o art.24, inciso X, da lei nº 8.666/93. PROPRIÁ/SE, 29 de dezembro de 2021.

*Karine Feitosa Santos Lima*

**KARINE FEITOSA SANTOS LIMA**  
**Secretária Municipal de Assistência Social**  
**E Direitos Humanos**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DE PROPRIÁ, ESTADO DE SERGIPE, vem justificar a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL via DISPENSA DE LICITAÇÃO que entre si visam celebrar o FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DE PROPRIÁ/SE, e a DIOCESE DE PROPRIÁ/SE, objetivando a locação de imóvel situado à Praça da Bandeira s/n, Centro, Propriá/SE, onde servirá para Funcionamento do CREAS- CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL.

**CONSIDERANDO** também que a Administração Pública, não disponibiliza imóvel próprio para instalação mencionada;

**CONSIDERANDO**, que o Município de Propriá, carecendo há vários anos de imóveis residenciais para locação com as especificações conforme a descrição do imóvel para funcionamento do CREAS- CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, não resta muita opção de escolha, pois existem imóveis para serem locados, que não atendem as necessidades para instalações da unidade acima descrita, e ainda que, a localização não ajuda.

**CONSIDERANDO** que o município não dispõe de recursos para construir uma sede própria para abrigar a Unidade acima descrita;

**CONSIDERANDO** que o preço proposto está compatível com os preços do mercado imobiliário do Município;

**CONSIDERANDO**, que a Administração recebe da Lei nº 8.666/93 em seu artigo 24, caput, a autorização para deixar de licitar, se assim entender conveniente ao interesse público, nas hipóteses de contratação previstas em seus incisos.

**CONSIDERANDO**, que o inciso II do artigo 6º da Lei de licitações e Contratos define SERVIÇO como toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, elencando entre eles a locação de bens.

**CONSIDERANDO**, que a operação contratual em exame encontra-se inserida nos moldes do artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93. Vez que esta locação tem como escopo atender a necessidade



000025

**Poder Executivo**  
**Prefeitura Municipal de Propriá**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos**

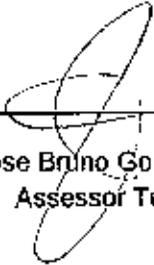
específica e finalidade precípua da Administração, qual seja, a de continuar prestando serviços à Comunidade.

**CONSIDERANDO**, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se em compatibilidade com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal, e situa-se na média do mercado. Observando, ainda, em que pese compatibilidade do valor proposto ao praticado no mercado, esta Secretaria teve o zelo de solicitar ao Engenheiro do Município parecer de avaliação mercadológica do imóvel.

**CONSIDERANDO**, que com fulcro nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos a contratação que instituiu o **PROCESSO DE DISPENSA**, encontra-se de suas atribuições, manifestar-se **FAVORAVELMENTE PELA CONTRATAÇÃO DIRETA VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO**, ex vi do artigo 24, inciso X da lei de Licitações e Contratos.

Ante o exposto, submetemos a presente JUSTIFICATIVA à apreciação do Excelentíssima Senhora Secretária Municipal de Assistência Social de PROPRIÁ/SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

PROPRIÁ/SE, 29 de Dezembro de 2021.



---

Jose Bruno Gomes Lima  
Assessor Técnico